

Em fevereiro, e no início de março, a crise política novamente tomou conta do noticiário. A nova fase da Operação Lava-Jato que conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula para prestar depoimento no dia 4 de março e prisão do marqueteiro João Santana em fevereiro foram os destaques.

Problemas econômicos continuam em segundo plano, inclusive, com a discricção do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, que parece ceder aos anseios políticos do governo e seus aliados que cobram uma “reviravolta” na economia, como se isso fosse possível através de vontade política. A percepção que 2018 está cada vez mais próximo e que as chances, especialmente do PT, de sair do poder tem deixado os ânimos a flor da pele.

Ainda em fevereiro, o PT lançou um “Programa Nacional de Emergência” de teor altamente inflamável para economia. Caso posto em prática causaria uma explosão de grandes proporções na economia nacional. O documento propõe 16 pontos para retomar o crescimento, como o uso das reservas internacionais para a criação de um “Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego”, “radicalização” dos mecanismos de distribuição de renda, além de forte redução da taxa básica de juros e volta da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), compartilhada entre União, Estados e Municípios. Basta dizer que esse plano foi escrito pelo presidente do PT, Rui Falcão, para que caia no descrédito total. O documento contou ainda com o aval do ex-presidente Lula.

O lado positivo disso tudo é que a própria presidente Dilma é contra o uso de reservas internacionais para combater a crise e possui apoio quase nulo no Congresso para que propostas como essas sigam a diante. Além disso, é interessante o fato de que a cada nova notícia negativa para o governo, os mercados reagem positivamente. Isto é, a cada nova informação de enfraquecimento do governo a bolsa sobe e o dólar cai. Realmente, o mercado espera ansioso pela saída da presidente Dilma, seja por impeachment ou pelo fim do mandato.

Com o acirramento da crise política, parece que essas e outras medidas (do PT e aliados) caíram no esquecimento (ainda bem!). A economia segue em segundo plano neste momento para o governo.

É notório que não há um plano determinado para médio e longo prazo para que o Brasil saia da crise. Isso foi levado em consideração pela S&P e pela Moody's que em fevereiro levaram a nota e crédito do Brasil para dois degraus abaixo do grau de investimento. De acordo com a S&P, o Brasil possui o mesmo nível de risco de Bahrein, Bolívia, Paraguai e Guatemala. Para a Moody's, o Brasil está no patamar de Angola. Ressalte-se ainda que, segundo as duas agências, a perspectiva é negativa, ou seja, pode haver ainda mais piora do cenário. E essa expectativa negativa não se restringe a elas, mas a todos os agentes econômicos, sejam consumidores, empresários ou investidores.

A inflação, por sua vez, parece não dar trégua, mesmo diante da fraqueza econômica. A queda nos preços dos serviços e mudança de bandeira tarifária de energia, de amarela para verde, não foram suficientes para conter a inflação, novamente afetada pela alta dos preços dos alimentos – o IPCA de janeiro foi de 1,27% e em fevereiro, 0,90%. A expectativa é de 7,59% no acumulado de 2016.

O desemprego não para de subir e há quem aposte em 13% de taxa de desemprego para um futuro próximo.

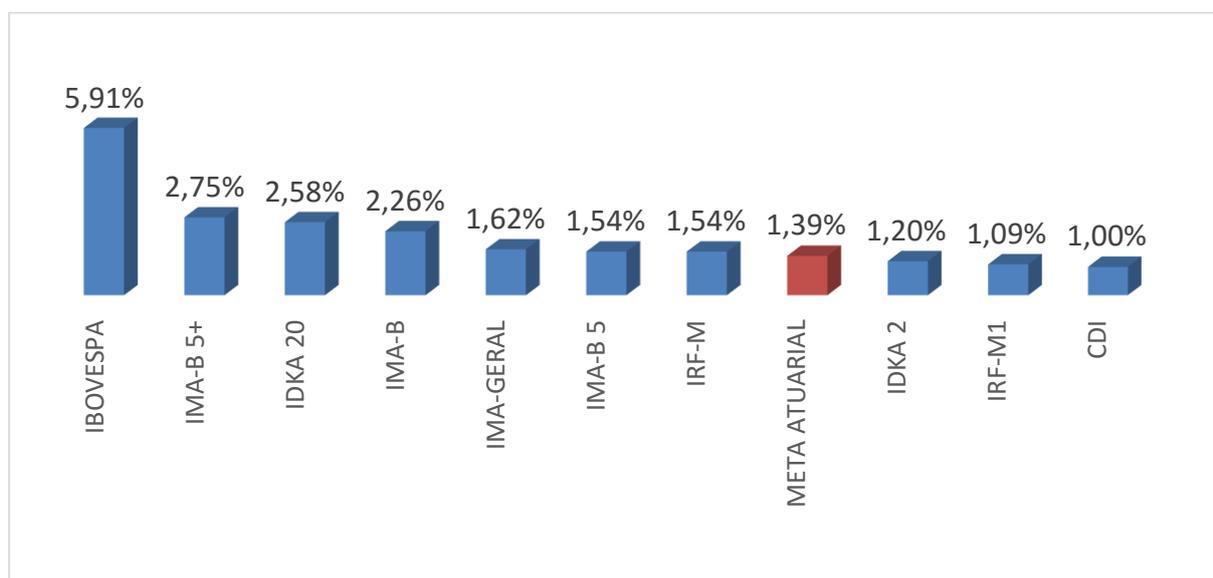
A sinalização que o Banco Central tem dado já é incorporada pelo mercado: a Selic deve se manter em 14,25% em 2016 e cair para 12,50% no ano que vem, segundo o Relatório Focus. Algumas consultorias já apostam no início de um ciclo de baixa de juros ainda este ano.

O certo é que enquanto os agentes econômicos não vislumbrarem um cenário positivo, mesmo que distante, a economia seguirá estagnada, com viés de baixa.

A mudança de direção da economia argentina, por exemplo, já é sentida em todo o mundo. O indicador EMBI de risco soberano da Argentina já caiu de 750 para 500 pontos desde janeiro. É o mesmo patamar em que está o Brasil. É o poder da mudança de expectativas!

No exterior, a preocupação continua sendo a desaceleração da China e seu efeito sobre o resto do mundo. Mesmo diante desse cenário, a volatilidade nos mercados mundiais foi menor em fevereiro e afetou positivamente o Brasil. O Ibovespa apresentou valorização de 5,91% em fevereiro. No acumulado do ano, ainda apresenta baixa de 1,28%.

Na renda fixa, o destaque ficou por conta das quedas das taxas de juros futuros em função da mudança de postura do Banco Central. Isso afetou positivamente os índices, principalmente os de carteiras com prazos mais longos, como o IMA-B 5+ e o IDKA20, que são mais sensíveis a quedas nas taxas de juros.



Mesmo com o desempenho abaixo da meta atuarial, continuamos acreditando que a postura mais defensiva/conservadora neste momento é o mais recomendável.